



Inclusão produtiva com segurança sanitária: principais desafios para a produção artesanal e mudanças na legislação

Productive inclusion with health security: main challenges for artisanal production and changes in legislation

PEREIRA, Nircia Isabella Andrade¹; MIGUEL, Elizangela Silva²; LOPES, Sílvia Oliveira³; SILVA, Raquel Nunes⁴; MOREIRA, Carolina Villela⁵; PRIORE, Sílvia Eloiza⁶

¹Universidade Federal de Viçosa, nircia.isabella@gmail.com; ²Universidade Federal de Viçosa, elizangela.silva1111@gmail.com; ³Universidade Federal de Viçosa, silvia.lopes.nut@hotmail.com;

⁴Universidade Federal de Viçosa, raquelnutnunes@gmail.com; ⁵Universidade Federal de Viçosa, carolinavillelam@gmail.com; ⁶Universidade Federal de Viçosa, sepriore@gmail.com

Eixo Temático: Saúde e Agroecologia

Resumo: A Zona da Mata de Minas Gerais tornou-se recentemente Polo Agroecológico e neste contexto foi realizada uma Instalação Artístico Pedagógica com o objetivo de apresentar as legislações atualizadas para a adequação sanitária de produtos artesanais e rotulagem de produtos orgânicos e agroecológicos como estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional. Foi construído um ambiente propício para a discussão; aplicada tempestade de ideias e ciclo de cultura freiriano; construído coletivamente um modelo causal da qualidade do alimento e uma exposição dialogada para sanar dúvidas referentes à legislação. Ao final da atividade, os participantes responderam a duas perguntas sobre como contribuir para a construção do Polo Agroecológico. O modelo causal trouxe para discussão os fatores que afetam a saúde e o mercado e as falas mostraram a necessidade de divulgação das legislações específicas para produção artesanal. A instalação permitiu apresentar e tirar dúvidas sobre as legislações.

Palavras-Chave: Adequação Sanitária; Agricultura Familiar; Agroecologia; Rotulagem; Segurança Alimentar e Nutricional.

Keywords: Sanitary Adequacy; Family Farming; Agroecology; Labeling; Food and Nutrition Security.

Contexto

Visando iniciar a construção de um Sistema Participativo de Garantia (SPG) da qualidade Orgânica e Agroecológica dos produtos da Zona da Mata mineira, aconteceu, no *campus* da Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, entre os dias 23 e 25 de maio de 2019, o “I Seminário de Construção do Sistema Participativo de Garantia Orgânica no Polo Agroecológico da Zona da Mata”.

O evento foi uma ação coletiva do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Cooperativismo, Agricultura Familiar e Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural da Universidade Federal de Viçosa (UFV), do Núcleo de Educação do Campo e Agroecologia (ECOAF-UFV), e do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) e contou com a participação de mais de 150 pessoas de 29 municípios do estado de Minas Gerais entre agricultores(as) familiares,



representantes da sociedade civil organizada e de instituições públicas e parlamentares municipais, estaduais e federais.

As instalações artístico-pedagógicas (IAP), ferramenta metodológica usada no evento, trataram diversos temas, sendo a rotulagem e a regularização sanitária para produtos artesanais produzidos por microempreendedor individual, empreendimento familiar rural e empreendimento econômico solidário o foco do relato de experiência técnica (FONSECA, 2007).

Descrição da Experiência

A atividade realizada teve como objetivo apresentar as legislações atualizadas específicas para a adequação sanitária de produtos artesanais e rotulagem de produtos orgânicos e agroecológicos como estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

Uma das ferramentas metodológicas utilizadas foi a IAP para criação de um ambiente propício à discussão, onde foi montada uma mesa com alimentos embalados contendo rótulos adequados, inadequados e sem rótulos; cartilhas sobre Boas Práticas de Fabricação; legislações atuais específicas para produção artesanal; alimentos deteriorados; alimentos saudáveis; ensaios microbiológicos em placa de *petri* representando a proliferação de microrganismos causadores de doenças devido à falta de higiene na manipulação dos alimentos; toucas de proteção para os cabelos; balança de precisão e tarjetas com códigos e números das legislações.

Com auxílio da metodologia tempestade de ideias, levantou-se o interesse dos participantes pela instalação, o que possibilitou, por meio da apresentação individual, saber quem eram aquelas pessoas, de onde vieram, o que produziam e por que escolheram participar daquela IAP. Participaram agricultores(as) familiares; extensionistas da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG); Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG); grupos de consumidores e produtores; representantes da sociedade civil organizada; representantes do legislativo e executivo da Zona da Mata mineira; alunos de Escolas Família Agrícola (EFA) e estudantes de graduação e pós-graduação da UFV.

A partir dessa ambientação e após a tempestade de ideias (NÓBREGA; LOPES NETO; SANTOS, 1997) aplicou-se o círculo de cultura freiriano, no qual foram levantados e trazidos elementos simbólicos para instalação com auxílio de tarjetas e escolha de palavras que remetiam à problemática da “legislação”, criando assim situações de vivência dos envolvidos e possibilitando a compreensão quanto aos anseios dados pela dificuldade de inserção e normatização à legislação (MONTEIRO; VIEIRA, 2010).



Posterior a este momento, foi construído coletivamente um modelo causal da qualidade do alimento e forma de produção, a partir de duas vertentes - saúde e mercado, onde os participantes levantaram questões que poderiam influenciar na obtenção de um alimento de qualidade (PRIORE et al., 2014).

Por fim, foi realizada uma exposição dialogada, na qual os participantes tiveram a oportunidade de sanar as dúvidas sobre as legislações e pensar alternativas para a adequação dos produtos por eles produzidos e ou comercializados.

Essas metodologias foram escolhidas, pois permitem discussão coletiva sobre os principais desafios na agricultura familiar em relação à adequação sanitária e os caminhos que devem ser traçados de acordo com as novas legislações. A IAP contou com uma pessoa para controlar o tempo, uma relatora, quatro mediadoras e uma facilitadora.

Ao final da atividade o cenário criado permitiu que os participantes pudessem observar os elementos para responderem às perguntas de finalização: “Quais elementos da instalação/experiência vivida podem contribuir para a construção do Polo de Agroecológico e o SPG?” e “O que queremos com o SPG para a Zona da Mata?”.

Resultados

A construção do modelo causal da qualidade do alimento e forma de produção, considerando o impacto na saúde e a garantia de mercado, é apresentada a seguir.

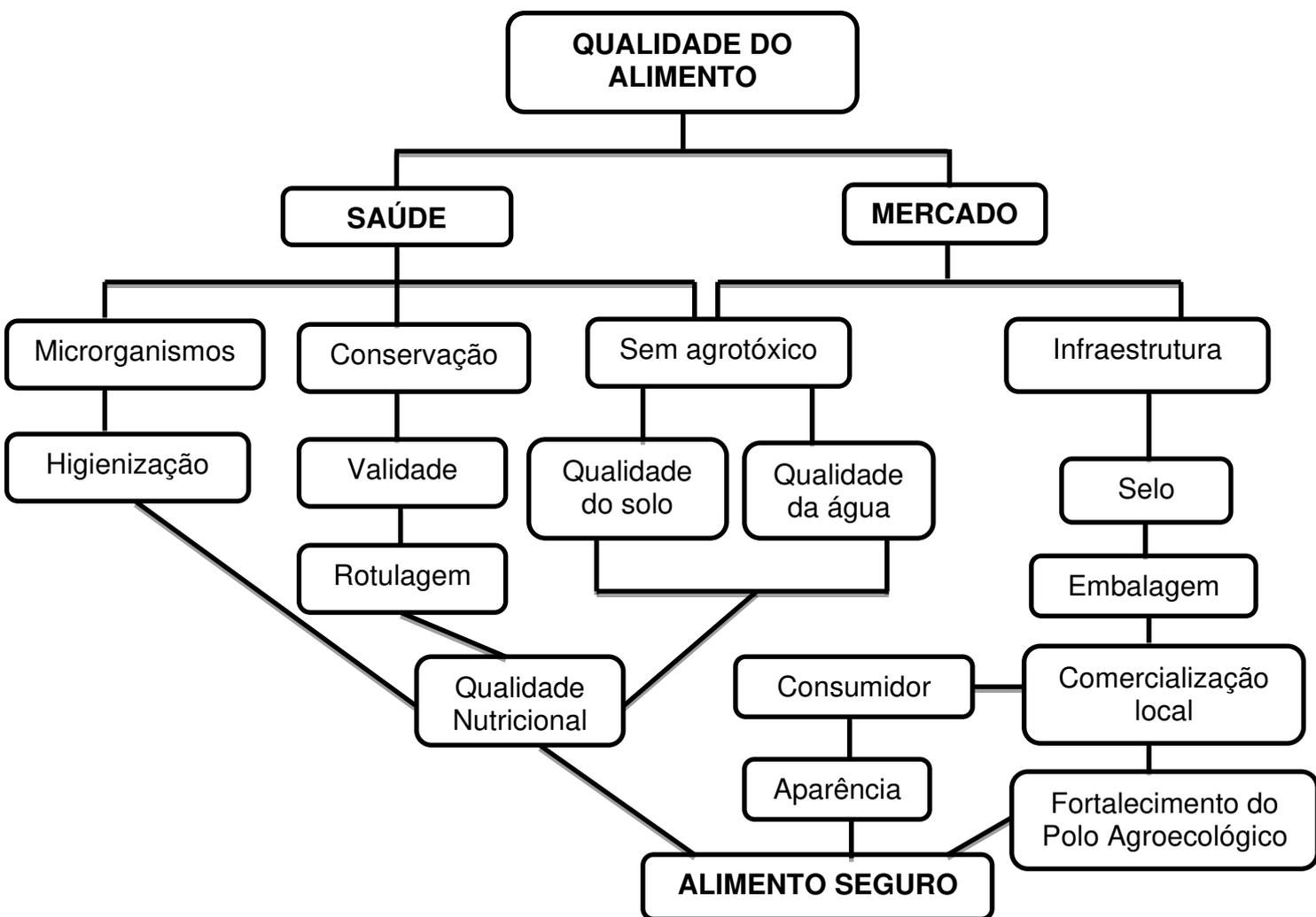


Figura 1. Modelo de diferentes causas que determinam a qualidade do alimento.

Em relação ao modelo causal, os participantes mostraram preocupação com a qualidade dos alimentos do ponto de vista nutricional, onde evidenciaram a importância da produção sem agrotóxicos, em solo e água de qualidade e livre de contaminantes. Além disso, destacaram a importância do processamento adequado para que a qualidade sanitária seja mantida. Também foram retratadas as exigências do mercado consumidor que espera por um produto embalado adequadamente e com aparência satisfatória.

Por meio da avaliação, feita com auxílio das perguntas finalizadoras, foi possível trazer à tona os principais desafios para a adequação sanitária, sendo destacada a necessidade de maior divulgação das legislações específicas para a produção artesanal que foram apresentadas na IAP. Esta necessidade pode ser compreendida pelas falas de alguns participantes.



“Existe? Porque eu não conheço” (fala 1).

“A legislação é a mesma para o grande e para o pequeno agricultor” (fala 2).

“A legislação nova veio para simplificar, mas em muitos municípios não é conhecida e nem aplicada” (fala 3).

“Deve ser uma obrigação e exigência de forma educativa, para ter adaptação desta legislação” (fala 4).

A avaliação mostra que a palavra “legislação” está relacionada à necessidade de atualização, divulgação, capacitação e ações relacionadas à legislação que sejam formativas e não punitivas, como mostra um dos princípios da RDC nº49, de 31 de outubro de 2013, criada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), a qual, em seu artigo 4º, prevê a harmonização de procedimentos para promover a formalização e a segurança sanitária dos empreendimentos de produtos e serviços prestados por microempreendedor individual, empreendimento familiar rural e empreendimento econômico solidário, considerando os costumes, os conhecimentos tradicionais e aplicando as boas práticas estabelecidas pelos órgãos de vigilância sanitária.

A IAP permitiu apresentar e sanar dúvidas sobre as legislações atualizadas específicas para adequação sanitária de produtos artesanais e rotulagem de produtos orgânicos e agroecológicos.

Acredita-se que a experiência contribuiu para o fortalecimento do Polo Agroecológico, uma vez que permitiu compartilhar com os participantes materiais atualizados que podem ser apresentados às Vigilâncias Municipais de Saúde dos seus respectivos municípios, para que sejam aplicados no processo de regularização sanitária de grupos específicos, para que assim, possam sair da informalidade e comercializar em mais locais seus produtos.

Além disso, ações educativas com os manipuladores de alimentos, visando à valorização dos produtos produzidos, técnicas de preparo e a adequada rotulagem de alimentos, contribuem para o atendimento das exigências legais, e formalização do empreendimento. Estas ações são consideradas estratégias importantes para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

Ressalta-se como ponto fundamental o incentivo à produção e processamento de alimentos orgânicos e agroecológicos, levando à geração de emprego e renda para as famílias, contribuindo para melhoria das suas condições de vida, além do oferecimento ao consumidor de produtos de melhor qualidade do ponto de vista nutricional e sanitário, o que contribui para a SAN.

Agradecimentos



O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

O presente trabalho foi realizado com apoio do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia da Universidade Federal de Viçosa-MG.

Referências Bibliográficas

BRASIL, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 49, de 31 de outubro de 2013. Aprova Regulamento técnico que dispõe sobre a regularização para o exercício de atividade de interesse sanitário do microempreendedor individual, do empreendimento familiar rural e do empreendimento econômico solidário e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, p.57, 01 nov. 2013.

FONSECA, Maria da Penha. **Arte Contemporânea**: instalações artísticas e suas contribuições para um processo educativo em arte. Maria da Penha Fonseca – 2007, 165 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo.

MONTEIRO, Estela Maria Leite Meirelles; VIEIRA, Neiva Francenely Cunha. Educação em saúde a partir de círculos de cultura. **Revista brasileira de enfermagem**, vol.63, n.3, 397-403p, 2010.

NÓBREGA, Maria de Magdala; LOPES NETO, David; SANTOS, Sérgio Ribeiro dos. Uso da técnica de brainstorming para tomada de decisões na equipe de enfermagem de saúde pública. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, vol. 50, n. 2, p.247-256, 1997.

PRIORE, Silvia Eloiza et al. **Nutrição Social**. Viçosa: Editora UFV, 2014. 156 p. (Didática).